

Plano de Vigilância PORTUGAL 2024	Risco Identificado	Gestão e mitigação dos riscos			Focal Point	Ação
		Governança externa	ENGIE Policies and Internal Governance	Certifications / Controls / Other		
Direitos Humanos	Trabalho Infantil	Declaração Mundial dos Direitos Humanos Constituição da República Portuguesa art. 51 e seguintes Código do Trabalho, já incorporando a Diretiva Europeia 94/33/CE	Código de Conduta Ética Política de Recrutamento e Seleção e procedimentos de recursos humanos Group Procurement Governance ENGIE Code of Conduct: Supplier Relations Procedimento de Gestão de Fornecedores	Cláusula de ética nos contratos	António Rosas Ricardo Ferreira	Gap analysis entre a legislação portuguesa os compromissos da Política de Direitos Humanos da ENGIE (considerando-se também outros compromissos localmente assumidos pela ENGIE em Portugal, conforme HR risk mapping action plan)
	Violação dos Direitos dos Trabalhadores, inclusive mão de obra escrava	Declaração Mundial dos Direitos Humanos Constituição da República Portuguesa art. 51 e seguintes Código do Trabalho Lei 28/2016	Código de Conduta Ética Política de Recrutamento e Seleção Política de Compensação Group Procurement Governance ENGIE Code of Conduct: Supplier Relations Procedimento de Gestão de Fornecedores GEDOC system	ISO45001 ENGIE Care Cláusula de ética nos contratos	António Rosas Ricardo Ferreira	Gap analysis entre a legislação portuguesa os compromissos da Política de Direitos Humanos da ENGIE (considerando-se também outros compromissos localmente assumidos pela ENGIE em Portugal, conforme HR risk mapping action plan)
	Violação dos Direitos Sindicais	Declaração Mundial dos Direitos Humanos Constituição da República Portuguesa art. 56 e seguintes Código do Trabalho	Código de Conduta Ética Group Procurement Governance ENGIE Code of Conduct: Supplier Relations Procedimento de Gestão de Fornecedores	ENGIE Care	António Rosas Ricardo Ferreira	Gap analysis entre a legislação portuguesa os compromissos da Política de Direitos Humanos da ENGIE (considerando-se também outros compromissos localmente assumidos pela ENGIE em Portugal, conforme HR risk mapping action plan)
	Risco de violação a direitos humanos das comunidades no entorno dos empreendimentos	Declaração Mundial dos Direitos Humanos Constituição da República Portuguesa, art. 66 e seguintes Decreto-Lei 15/2022, de 14 de janeiro Decreto 30-A/2022, de 18 de abril - Projeto de envolvimento das comunidades locais (>=20 MW ou	Código de Conduta Ética Política de Gestão de Stakeholders Whistleblowing system Procedimento de BD da GBU-R	ISO14001 ISO45001 Licenças ambientais Contratos de concessão	João Figueira	Auditorias da ISO Manutenção das licenças dos empreendimentos Gap analysis entre a legislação portuguesa os compromissos da Política de Direitos Humanos da ENGIE (considerando-se também outros compromissos localmente assumidos pela ENGIE em Portugal, conforme HR risk mapping action plan)
	Risco de violações éticas, incluindo risco de corrupção e infrações conexas	Art. 6º da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, de 31/10/2003, ratificada pelo Decreto do Presidente da República 97/2007, de 21 de setembro. Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros 37/2021, de 6 de abril. Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro (RGPC) Art. 29 do Código do Trabalho	Código de Conduta Ética Code of Conduct: Supplier Relations Mapeamento de colaboradores mais expostos ao risco de corrupção Due diligence for investment projects Due diligence in Recruitment Process Policy Due Diligence for Suppliers Policy Procedimento de Gestão de Fornecedores, identificação dos beneficiários efetivos dos contratados Política de Presentes, Hospitalidades e Viagens Técnicas Whistleblowing System	Cláusula de ética nos contratos	Manoella Emerick	Relatório Anual de Ética Auditoria Interna Controle dos treinamentos mandatórios Finalização da implantação do RGPC, inclusive com mapeamento do risco de corrupção a nível local
Ambiental	Aspectos ambientais em geral	Declaração Mundial dos Direitos Humanos Constituição da República Portuguesa, art. 66 e seguintes Decreto-Lei 15/2022, de 14 de janeiro Decreto 30-A, 2022 Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro --> Procedê à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais. Lei de Bases do Ambiente - Lei n.º 19/2014, de 14 de abril Lei de Bases do Clima - Lei nº 98/2021, 31 de	Política de SIGAS Due diligence for investment projects Procedimento de Avaliação de Impactes Ambientais, Procedimento de Avaliação de Incidências Ambientais, ou Pedido de Enquadramento em Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental - quando aplicável Plataforma de verificação de nova legislação	ISO14001 Licenças ambientais Contratos de concessão	Claudio Cruz	Auditorias da ISO Manutenção das licenças dos empreendimentos Análises de requerimentos legais anuais (Conformidade Legal) Auditorias de conformidade legal Interações com a Movhera Gestão das medidas compensatórias
	Risco do uso de materiais sensíveis no ramo dos direitos humanos, tais como painéis solares, baterias	Declaração Mundial dos Direitos Humanos Constituição da República Portuguesa, art. 66 e seguintes Decreto 30-A/2022, de 18 de abril - Projeto de envolvimento das comunidades locais (>=20 MW ou <= 10 aerogeradores) Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro --> Procedê à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais. Lei de Bases do Ambiente - Lei n.º 19/2014, de 14 de abril Lei de Bases do Clima - Lei nº 98/2021, 31 de dezembro Decreto-lei 67/2014 --> foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de Dezembro	Due diligence for investment projects Group Procurement Governance ENGIE Due Diligence for Suppliers Policy Política de Categorias de Compra Centralizada ao nível do Grupo ENGIE, aplicável para aquisição de materiais sensíveis (painéis solares, baterias, etc).	ISO14001	Ricardo Ferreira	Auditorias da ISO

	Gestão e eliminação de resíduos	Decreto-Lei 102-D, de 10 de dezembro, transpondo as Diretivas UE 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852	Procedimento de Gestão de Fornecedores Política de SIGAS Group Procurement Governance ENGIE Code of Conduct: Supplier Relations Procedimento de Gestão de Resíduos	ISO14001 ISO 45001 Licenças ambientais Contratos de concessão	Claudio Cruz Cristina Peralta	Auditorias da ISO Auditorias de conformidade legal
Saúde e Segurança	Risco de Acidentes do Trabalho	Declaração Mundial dos Direitos Humanos Constituição da República Portuguesa, art. 66 e seguintes Código do Trabalho, art. 281 a 284 Diretiva 89/391/CEE da EU, transposta pela Lei 102/2009, de 10 de setembro	Código de Conduta Ética Life saving Rules, incluídas nos contratos com fornecedores e divulgadas aos colaboradores Group Procedure 02 Treinamentos Mandatórios Procedimento de Gestão de Fornecedores Safety Stand Down Política de SIGAS	ISO45001	Claudio Cruz Cristina Peralta	Auditorias da ISO Auditorias internas Finalizar a implantação do sistema de gestão de fornecedores Controle dos treinamentos mandatórios Controle de visitas preventivas de segurança Análises de riscos dos postos de trabalho regulares Dia da Segurança Controlo de indicadores de sinistralidade (lagging e leading indicators)
	Risco de Acidentes em decorrência de rompimento da barragem, descargas elevadas, cheias significativas ou de falhas nos órgãos de segurança, equipamentos e sistemas	Anexo ao Decreto-Lei 21/2018 (Regulamento de Segurança das Barragens) Decreto-Lei 62/2011 Decreto-Lei 20/2022	Planos de Emergência Interno Plano de Observação da Barragem Regras de exploração da Barragem Plano de Segurança do Operador de Infraestruturas Críticas Procedimentos de manutenção e monitorização das barragens em tempo real Sistema de monitorização	Regulamento de Segurança de Barragens (RSB) e Documentos Técnicos de Apoio ao RSB ISO14001 ISO45001 Contratos de Concessão	António Castro Melo (segurança da barragem); Carlos Rosário (plano de segurança do operador)	Cumprimento do RSB, envolvendo, nomeadamente: . Exploração de acordo com as Regras de Exploração . Inspeções visuais de rotina e campanhas de observação periódicas (ENGIE Douro/Afaplan) . Visitas de inspeção periódicas (Autoridade e LNEC) . Controlo de segurança estrutural (ENGIE Douro e LNEC) . Manutenção preventiva sistemática e ensaios semestrais aos órgãos de segurança . Manutenção preventiva sistemática aos sistemas de aviso às populações
Procurement	Risco decorrente de fornecedores atuando em high-risk country	Declaração Nacional dos Direitos Humanos	Código de Conduta Ética Group Procurement Governance ENGIE Code of Conduct: Supplier Relations Procedimento de Gestão de Fornecedores	Cláusula de ética nos contratos	Ricardo Ferreira	. Controlo de segurança das obras pela ENGIE Douro e LNEC, em contínuo
	Risco decorrente da compra de fontes de energia e biomassa	Declaração Mundial dos Direitos Humanos Constituição da República Portuguesa, art. 66 e seguintes Decreto-Lei 15/2022, de 14 de janeiro	Due diligence for investment projects Due Diligence for Suppliers Policy Group Procurement Governance ENGIE Procedimento de Gestão de Fornecedores	ISO9001	Ricardo Ferreira	